

Sete mitos mostram que o agro é importante, mas não é tudo

Arilson Favareto

Nos últimos anos tornou-se conhecido o slogan “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Nenhuma mensagem ganha tamanha repercussão sem um fundo de verdade. De fato, o agro brasileiro é um caso de sucesso tendo em vista uma série de aspectos: no intervalo de uma geração, o país saiu da condição deficitária na produção de alimentos para tornar-se um dos maiores exportadores mundiais de grãos; e a riqueza gerada com as *commodities* agropecuárias são, hoje, fundamentais para a balança comercial brasileira – a César o que é de César.

O problema é que essa constatação encobre uma série de mitos que é preciso desfazer. Afinal, é ruim para o Brasil e é ruim para o próprio agronegócio que sobre esse setor sejam depositadas expectativas que ele não cumpre nem poderá cumprir. São pelo menos sete esses mitos.

Primeiro mito: a pujança do agronegócio brasileiro resultaria do empreendedorismo heroico dos modernos produtores rurais e ao Estado caberia não onerar o setor privado. Bem ao contrário disso, é preciso lembrar que o relativo sucesso desse setor foi uma verdadeira invenção do Estado brasileiro, um caso típico de atuação do que a economista Mariana Mazzucato chama de Estado empreendedor. Uma geração de engenheiros brasileiros foi formada sob patrocínio do governo brasileiro, que os reuniu em uma empresa pública de sucesso mundial, a Embrapa. A pesquisa ali produzida viabilizou uma agricultura tropical com tecnologias difundidas por uma rede de empresas públicas de assistência

técnica e extensão rural. E a adoção dessas técnicas foi financiada por um sistema público de crédito rural. É verdade que hoje parte desses instrumentos é conduzida pelo setor privado, mas não existe agro moderno, mesmo atualmente, sem as mãos do Estado. E caberia perguntar: com quais contrapartidas, além da geração de riquezas?

Segundo mito: a [destruição da Amazônia](#) não poderia ser posta na conta do agronegócio, pois as modernas tecnologias aumentam a produção sem demandar mais terra. Têm razão os líderes do setor quando dizem que boa parte dos ganhos vem do crescimento da produtividade, e não da expansão de novas áreas. Se é assim, por que suas organizações não apoiam o reforço dos mecanismos de fiscalização e proteção ambiental ou compromissos como o desmatamento zero? A resposta é simples. Porque há muitos segmentos modernos que se beneficiam da competitividade espúria, produzindo a custos mais baixos justamente pelo uso de práticas que ocorrem à margem da lei. Por exemplo, grandes frigoríficos vêm adotando protocolos de rastreamento dos fornecedores de suas matérias-primas, mas há enorme dificuldade em estender esse rastreamento para os vários elos da cadeia, pois aí se chegaria às áreas mais problemáticas. E há uma segunda razão: a expansão da fronteira agrícola funciona como válvula de escape para tensões internas ao setor empresarial – a brutal tendência de concentração do setor sufoca pequenos e médios produtores, que só conseguem sobreviver com a migração para novas áreas, acentuando o desmatamento.

Terceiro mito: desmatamento e erosão da biodiversidade, onde ocorrem, seriam feitos nos limites da lei e representariam uma espécie de custo do progresso. Porém, os dados sobre desmatamento mostram que o argumento sobre legalidade não se sustenta. E a imagem das chamadas “cidades do agronegócio” está longe de corresponder à realidade. Estudo [publicado pelo Cebrap](#) mostra que, dos vinte municípios campeões da produção, somente em três deles havia desempenho superior à média dos respectivos estados em indicadores econômicos e sociais. Na maior parte deles, a riqueza produzida não se

faz acompanhar de bem-estar. A razão é óbvia: parte ínfima da riqueza circula na própria região. Poucos centros urbanos prósperos restam cercados por vários municípios que, apesar de produtivos, não se beneficiam disso. Mesmo a arrecadação de impostos é pífia: a produção de *commodities* é isenta de impostos de produção e circulação, graças à extemporânea Lei Kandir; e o que se arrecada de Imposto Territorial Rural no Brasil inteiro equivale a pouco mais do que o valor obtido com IPTU de uma única cidade como Campinas. Em tempos de crise fiscal, não seria o caso de rever esse mecanismo?

Quarto mito: o agro estaria puxando a geração de trabalho com seu dinamismo. É verdade que tem havido expansão de empregos formais, mas isso não tem sido suficiente para compensar a perda de postos de trabalho no setor. Entre [os dois últimos censos agropecuários](#), 1,5 milhão de ocupações desapareceram no agro brasileiro. Ocorre que a expansão do setor se dá sobre áreas onde antes havia pequenos produtores e comunidades tradicionais que têm seus meios de vida destruídos com a substituição de cultivos, devastação das florestas e concentração da terra e da renda. Mesmo empregos gerados nos centros urbanos próximos são insuficientes, porque não há transformação local da produção, e o setor de serviços não absorve a mão de obra sobrando. Como consequência, há geração constante de demanda para as políticas de transferências de renda ou deslocamento dessas populações para outras regiões. Três cidades-modelo da produção de soja – Sinop, Sorriso e Lucas do Rio Verde –, juntas, têm aproximadamente a mesma população que habita uma única Prefeitura Regional de São Paulo, no bairro da Vila Mariana.

Quinto mito: os grandes produtores seriam muito mais produtivos, enquanto a agricultura familiar e de pequena escala seria inviável. Esse argumento é utilizado para justificar a inadequação de políticas voltadas a produtores familiares. É inegável que há uma tendência de concentração da produção: hoje, menos de 9% dos estabelecimentos produzem 85% do volume total na agropecuária. Mas, quando se divide o valor da produção por hectares dos grandes estabelecimentos e se

compara o valor obtido por hectare pela agricultura familiar, o resultado é basicamente o mesmo! Há um segmento da agricultura familiar que produz, com pouco ou nenhum apoio e de forma desconcentrada, tanto ou mais do que o grande agronegócio, o que favorece maior ocupação de trabalho e a circulação dessa riqueza nos municípios interioranos.

Sexto mito: a população mundial seguirá crescendo e o Brasil atenderá a demanda por produção de alimentos e para a diminuição da fome, sustentando o dinamismo do país. O que se sabe é que a população mundial seguirá crescendo nas próximas décadas, mas isso já se faz em ritmo mais lento do que aquele experimentado no século XX. E o serviço demográfico das Nações Unidas aponta que deve ocorrer estabilização na casa dos 10 bilhões de habitantes antes do fim deste século. Além disso, novas regiões produtoras devem emergir. E está em curso uma verdadeira revolução nas formas de produzir, como demonstra o novo livro de John Wilkinson, com papel cada vez maior para a produção próxima dos centros consumidores e menos intensiva em recursos naturais. Mesmo a China, principal destino de nossas exportações, vem passando por uma transição que deverá mudar gradativamente a relação com o Brasil. Além disso, boa parte da fome no mundo não deriva de indisponibilidade de alimentos, e sim da falta de meios para que a população mais pobre consiga comprá-los, como se sabe desde os livros clássicos do Nobel de Economia Amartya Sen. Tudo isso exigirá uma verdadeira reinvenção do agro brasileiro.



Foto: Unsplash

Sétimo mito: o agro brasileiro já estaria preparado para enfrentar os desafios da sustentabilidade e das exigências por alimentação saudável. O setor agroalimentar é responsável por algo entre um terço e metade das emissões globais de gases estufa. A expansão de áreas dedicadas às *commodities* conformam um dos principais vetores de erosão da biodiversidade. No Brasil, as mudanças no uso do solo respondem pela maior parte das emissões. Além disso, há aumento no número de mortes evitáveis por doenças claramente associadas ao consumo de alimentos ultraprocessados. Assim, serão cada vez maiores as exigências sobre as formas de produzir alimentos ao longo de toda a cadeia. Não bastará o argumento de que critérios socioambientais são protecionismo disfarçado. Nem é suficiente o principal vetor de inovações do agro brasileiro: ganhos de produtividade baseados no uso de modernos insumos industriais. O fato é que não haverá espaço nos mercados mundiais para negócios que não estejam claramente comprometidos com a saúde humana e o enfrentamento da emergência climática de forma sistêmica, e não apenas pontual.

Diante de tudo isso, quais são os desafios para o Brasil? Os primeiros cem dias do governo Lula não servem de parâmetro para o que está por vir.

Foi feito esforço considerável para retomar programas, reconstruir estruturas e instrumentos de políticas públicas, fazer o país voltar à normalidade, enfim, discutir temas de interesse público em vez de batalhas em torno de *fake news* e similares. Não é pouca coisa. Porém, as grandes interrogações de ordem estrutural vão se impor na agenda pública muito em breve.

1) Como a reforma tributária contribuirá não somente para tornar a arrecadação mais eficiente, mas também para promover discriminação positiva, beneficiando segmentos que geram contrapartidas sociais e prejudicando segmentos que apenas se beneficiam da propriedade da terra para valorização patrimonial ou como forma de dominação e competitividade espúria? Setores intensivos em recursos naturais e que geram poucas oportunidades de inclusão produtiva continuarão privilegiados?

2) O esperado programa de obras de infraestrutura reeditará a carteira do antigo PAC, com obras esperadas pelo agronegócio que tendem a gerar enorme impacto ambiental, como a Ferrogrão ou o asfaltamento da rodovia que liga Porto Velho a Manaus? Ou haverá investimentos coerentes com a ideia de Soluções Baseadas na Natureza? A expansão de infraestrutura privilegiará a logística de exportação de bens primários ou expandirá a oferta de internet no Brasil rural, criando condições para desconcentrar as *start-ups*, hoje limitadas ao entorno de grandes centros produtores, para as áreas interioranas, onde está a maior parte dos estabelecimentos rurais e que precisam experimentar um salto de produtividade com base em outro modelo tecnológico, coerente com a ideia de uma sociobioeconomia?

3) O Brasil pretende sustentar sua inserção na economia do século XXI em torno da produção de bens primários ou promoverá uma transição sustentável, incentivando uma nova onda de inovações apoiada no que há de mais moderno em termos de conhecimento e de tecnologia? Aos mais pobres restará a inclusão por meio de transferências de renda e de

programas de compras públicas? Ou é possível pensar em uma nova base econômica?

4) O que o país apresentará nas importantes reuniões internacionais sobre o clima que acontecerão nos próximos dois anos ou na reunião do G20, para lastrear sua ambição de liderar a pauta ambiental e social internacional?

Uma coisa é certa: a estratégia de duas décadas atrás, de ter agendas separadas, uma para o agronegócio convencional, outra para fortalecer a política ambiental e uma terceira para a agricultura familiar, resultou em jogo de soma zero ou negativa no Brasil rural. Houve redução no desmatamento e aumentaram os recursos para a agricultura familiar. No entanto, o número de pessoas ocupadas diminuiu, a dependência do agronegócio aumentou, e o país perdeu biodiversidade e competitividade internacional.

É inimaginável o futuro do país sem o agronegócio. Mas é evidente que a imagem de futuro do Brasil não pode ser reduzida à envelhecida metáfora do celeiro do mundo. É hora de fazer o que gerações anteriores fizeram em diferentes momentos no século XX: pactuar uma nova agenda, pensando não a curto prazo, mas nas próximas décadas. Nelas, o Brasil rural e interiorano pode desempenhar papel fundamental, desde que não seja visto apenas como território de sacrifício, a serviço de uma economia primária baseada na extração de seus recursos.

***Arilson Favareto** é sociólogo, professor da Universidade Federal do ABC, pesquisador do Cebrap e coordenador da Cátedra Itinerante sobre Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano.